



**Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pró-reitoria de Assuntos Financeiros
Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares
Assessoria Técnica**

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA

Edital de Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº 52/2017

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mediante o(a) Pregoeiro(a) **Rafael Perazo de Moraes**, designado pela Portaria nº 607/GR, de 12/07/2016, publicada no D.O.U no dia 20/07/2016, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo **menor preço por item**, para a **Aquisição de aparelho de refrigeração (Ar condicionado, Climatizador, Cortina de Ar...etc.) e Instalação**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 8.538/2015, do Decreto nº 7.746/2012, do Decreto 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei 11.488/2007, da Lei nº 12.440/2011, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 3/2013 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, **bem como a Lei 8.078/1990, e as exigências estabelecidas neste Edital.**

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data da Sessão: 25/10/2017

Horário: 10:00h (horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: Portal de Compras do Governo Federal –
www.comprasgovernamentais.gov.br

I. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é o registro de preços para **Aquisição de aparelho de refrigeração (Ar condicionado, Climatizador, Cortina de Ar...etc.) e Instalação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

II. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A despesa com a aquisição do objeto é estimada em R\$ 5.676,382 reais, conforme o orçamento estimativo disposto no Termo de Referência – Anexo I.

III. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

IV. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

V. DO CREDENCIAMENTO

5.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

5.3 O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação,

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 5.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

VI. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa Nº 2 de 11/10/2010.

- 6.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.2.1 **Para os itens cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00, a participação neste Pregão será exclusiva para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados (enquadrados no art. 3º caput da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 1º caput do decreto 8538/2015) em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e o previsto no artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.**

6.2.2 **Em relação aos itens 04, 07, 10, 13, 15, 21, 26, 29, 32, 35, 38, 43, 48, 51, 54, 57, 70, 74 definidos como cota reservada, a participação é exclusiva a licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte.**

- 6.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

6.3.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Termo de Referência deste Edital.

- 6.4 Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.4.1 Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

6.4.1.1 Excepciona-se o disposto acima, nos casos em que tais sociedades apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto.

6.4.1.2 A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

6.4.1.3 Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

- 6.4.2 Empresas que, embora qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 6.4.3 Empresas ou sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
 - 6.4.4 Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a UFRRJ;
 - 6.4.5 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
 - 6.4.6 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 6.4.7 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 6.4.8 Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (cfr. art. 54, II da Constituição);
 - 6.4.9 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
 - 6.4.10 Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios sejam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na UFRRJ, ou ainda, sejam cônjuges, companheiro (a) ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de funcionários desta Instituição;
 - 6.4.11 Inadimplentes em obrigações assumidas com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como aquelas que se encontram em atraso na entrega de materiais ou serviços;
 - 6.4.12 Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 6.4.13 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;
 - 6.4.14 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
- 6.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 6.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 6.5.1.1 Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 6.5.1.2 Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

- 6.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 6.5.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 6.5.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 6.5.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
 - 6.5.6 Que não faz utilização de trabalho degradante ou forçado.
- 6.6 Só participará da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.
- 6.7 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

VII. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 7.1 Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.
- 7.2 O licitante deverá observar as demais disposições contidas no Termo de Referência.

VIII. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- 8.1 A participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será disciplinada pelo disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 8.1.1 O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06;
 - 8.1.2 No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a

sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP;

8.1.3 A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

8.2 A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

8.3 Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 13 do Decreto nº 8.538/2015).

8.3.1 Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.

8.4 A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

8.5 A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

IX. DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA

9.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1 **O licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o produto ofertado, indicando a marca, o fabricante, o modelo, a quantidade, a procedência do produto, a embalagem, os prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.**

9.1.2 **O licitante não está obrigado a cotar todos os itens, podendo concorrer a quantos desejar desde que cumpra com 100% do quantitativo solicitado para cada item.**

9.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

9.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

- 9.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 9.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.6.1 Valor unitário;
 - 9.6.2 A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
 - 9.6.2.1 Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
 - 9.6.3 Marca;
 - 9.6.4 Fabricante;
 - 9.6.5 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 9.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 9.8 Somente a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá oferecer proposta / lances para os itens/lotes de cota reservada.**
- 9.8.1 O disposto neste subitem não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto;**
 - 9.8.2 Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;**
 - 9.8.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.**
- 9.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.10 O prazo de validade das propostas será de **60 dias** a contar da data de sua aceitação.
- 9.10.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

- 9.11 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.
- 9.12 Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.

X. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 10.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- 10.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso IV, Decreto 5.450 / 2005).

XI. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1 Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis, forem omissas ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 11.1.1 A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.2 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

XII. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 12.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário) do item;

- 12.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 12.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 12.3.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 12.3.2 Os lances enviados em desacordo com o item 12.3.1 serão descartados automaticamente pelo sistema conforme consta na IN SLTI/MPOG nº 3/2013.
- 12.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 12.5 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 12.6 Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 12.7 **Ao formularem seus lances os fornecedores participantes deverão oferecer lances nos valores unitários para o item, observando-se que o VALOR UNITÁRIO não extrapole o número de DUAS CASAS DECIMAIS após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo-se ARREDONDAMENTOS A MENOR, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado.**
- 12.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.9 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 12.10 Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.10.1 Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.11 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.11.1 Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.11.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

12.12 O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

12.12.1 Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

12.13 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.13.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

XIII. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

13.1 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.2 No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio

www.comprasgovernamentais.gov.br

XIV. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS

- 14.1 Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:
- 14.1.1 A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);
- 14.1.2 A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06);
- 14.1.3 Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06), em igual prazo já estabelecido no subitem 14.1.1 deste certame.
- 14.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).
- 14.2.1 O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.
- 14.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
- 14.4 Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).
- 14.5 O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).

XV. DA COTA RESERVADA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADOS

- 15.1 Será reservada para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

- 15.1.1 O disposto no item acima não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto;
- 15.1.2 Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;
- 15.1.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.
- 15.1.4 As empresas beneficiadas por este dispositivo deverão atender ao estabelecido na lei 123/2006 Art. 3º.
- 15.1.5 O disposto neste item não se aplica a regra de desempate disciplinado pela lei 123/2006 Art. 44, § 2º.

XVI. DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

- 16.1 Se após a fase de lance, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:
 - 16.1.1 Sucessivamente, aos bens:
 - 16.1.1.1 Produzidos no País;
 - 16.1.1.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 16.1.1.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 16.1.2 Ao licitante pessoa física, que tenha exercido o múnus público de jurado, na condição do art. 439 do Código de Processo Penal.
 - 16.1.3 Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas ou no caso de concurso entre as hipóteses previstas nos itens **16.1.1** e **16.1.2**, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
 - 16.1.4 Não se aplica o sorteio disposto no item 16.1.3, quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

XVII. DA NEGOCIAÇÃO

- 17.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 17.1.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

- 17.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

XVIII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 18.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, sua exequidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

18.1.1 O critério de julgamento será menor preço por item.

- 18.2 Será desclassificada a proposta final que:

18.2.1 Contenha vícios ou ilegalidades;

18.2.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;

18.2.3 Apresentar preços finais superiores ao valor estimado estabelecido neste Edital;

18.2.4 Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis.

18.2.4.1 Considera-se a proposta inexequível a que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

- 18.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

18.3.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

18.3.1.1 A documentação mencionada no subitem acima, quando solicitada pelo pregoeiro, deverá ser apresentada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência.

18.3.1.2 Os documentos deverão ser enviados para o e-mail pregao_dmsa@ufrj.br, em arquivo de extensão .pdf ou .jpg.

18.3.1.3 Os mesmos serão analisados pelo setor técnico responsável que emitirá laudo aprovando ou não o produto ofertado;

18.3.1.4 O documento solicitado deverá vir escrito em Português (Brasil) e deverá conter as características do material ofertado.

- 18.3.1.5 Serão rejeitados, mediante despacho fundamentado pelo setor responsável, os documentos que não atenderem às especificações descritas neste edital e em seus anexos.
- 18.3.1.6 Se o(s) documento(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) documento (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 18.4 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 18.5 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da UFRRJ para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 18.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 18.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 18.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 18.9 Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 18.10 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

XIX. DA AMOSTRA

- 19.1 Não será exigido amostra para os itens especificados no Termo de Referência.

XX. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 20.1 Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 20.1.1 SICAF;
 - 20.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 20.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 20.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 20.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).
- 20.3 Constatada a existência de vedação à participação no certame, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.
- 20.4 Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.
- 20.4.1 Constatada na ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.
- 20.5 Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.
- 20.6 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes

validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

- 20.7 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.
- 20.8 Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

XXI. DA HABILITAÇÃO

21.1 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

21.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

21.1.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

21.2 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, bem como documentação complementar.

21.3 Documentos relativos à Habilitação Jurídica:

21.3.1 Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;

21.3.2 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.3.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- 21.3.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 21.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 21.3.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.
- 21.3.7 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 21.3.8 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 21.3.9 Em caso de cooperativas
- 21.3.9.1 Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
- 21.3.9.2 Ata de Fundação;
- 21.3.9.3 Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
- 21.3.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

21.4 Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 21.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 21.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 21.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 21.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 21.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 21.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 21.4.6.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 21.4.7 Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial;
- 21.4.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 21.4.9 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública;
- 21.4.10 As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06);
- 21.4.10.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 21.4.10.2 A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 21.4.10.3 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais

certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06). O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21.4.10.3.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA” ou revogar a licitação.

21.5 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- 21.5.1 Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;
- 21.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 21.5.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015)
- 21.5.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 21.5.4 A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:
 - 21.5.4.1 No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
 - 21.5.4.2 No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

- 21.5.5 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

- 21.5.6 A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos, deverá comprovar **patrimônio líquido de 10%** do valor estimado da contratação ou item pertinente.
- 21.5.7 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 21.5.8 As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, e suas demais atualizações, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em fotocópias autenticadas extraídas e do livro digital, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA).
- 21.6 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente deverão comprovar, ainda, a **qualificação técnica**, por meio de:
- 21.6.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 21.6.2 Somente para os itens referentes a Instalação serão exigidos os seguintes documentos:
- 21.6.2.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 21.6.2.2 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe

técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços.

21.6.2.3 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

21.7 O Licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

21.8 Documentação complementar:

21.8.1 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, **NÃO HAVENDO mais a necessidade do envio desses documentos por meio de fax, e-mail ou correios:**

21.8.1.1 Que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

21.8.1.2 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

21.8.1.3 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09;

21.8.1.4 O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06;

21.8.1.5 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93);

21.8.1.6 Que não faz utilização de trabalho degradante ou forçado.

21.8.2 A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

21.9 Ao licitante regularmente inscrito no SICAF será dispensada a apresentação dos documentos de habilitação referentes aos níveis de cadastro em que tenha obtido o registro regular.

21.10 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

21.11 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.

21.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

21.12.1 Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

21.12.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

21.12.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.12.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado da UFRRJ.

21.13 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, observado o disposto no item 21.9, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (21) 2682-1241 ou do e-mail pregao_dmsa@ufrj.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias, após solicitação do pregoeiro para o endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 - Seção de Pregão – sala 21 do Prédio Principal da UFRRJ.

21.14 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

21.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21.15.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- 21.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 21.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 21.18 O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.
- 21.19 Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 21.20 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.21 Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

XXII. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 22.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 22.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 22.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor for inabilitado, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 22.1.3 O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;
- 22.1.4 O direito de preferência previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS” deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pelo licitante subsequente;

- 22.1.5 Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, nos termos da Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”;
- 22.1.6 Finalizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, será realizada a negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”;
- 22.1.7 Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.
- 22.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 22.2.1 A convocação poderá ser por meio do “chat”, e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 22.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo da responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XXIII. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 23.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) **horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
- 23.1.1 Posteriormente ao envio por meio eletrônico, a proposta deverá ser entregue/enviada para a Seção de Pregão – sala 21 do Prédio Principal da UFRRJ, no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000, no **PRAZO MÁXIMO DE 03 (três) dias úteis**, após solicitação do pregoeiro, **em envelope fechado com os seguintes dizeres: Seção de Pregão e nº do Pregão Eletrônico.**
- 23.2 A Proposta de Preços escrita contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada, contendo os seguintes dados:
- 23.2.1 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aceitação;
- 23.2.2 A especificação clara, completa e minuciosa do material ofertado; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, em conformidade com o Anexo I deste Edital.
- 23.2.3 Declaração de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão;

- 23.2.4 Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail), banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento, telefone e celular do licitante vencedor;
- 23.2.5 Marca, fabricante e demais referências que bem indiquem os itens cotados;
- 23.2.6 Valor unitário e total do item;
- 23.2.7 Procedência do material informando se é: nacional, importado adquirido no mercado interno ou importado adquirido no mercado externo;
- 23.2.8 Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão;
- 23.2.9 Descrição do objeto, marca, modelo e demais informações conforme cadastro realizado pelo licitante no sistema.
- 23.3 O não cumprimento das exigências do item 23.2 e seus subitens implicará na perda dos itens ganhos pelo licitante.
- 23.4 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 23.5 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.
- 23.5.1 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 23.6 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 23.6.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 23.7 **Se o licitante declarado vencedor for desclassificado, o pregoeiro poderá proceder na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.**
- 23.7.1 **Os licitantes classificados em segundo e/ou subsequentes que forem convocados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, terão o prazo de 24h para envio da proposta e documentos de habilitação no sistema **comprasnet**. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (21) 2682-1241 ou do e-mail pregao_dmsa@ufrj.br.**

XXIV. DOS RECURSOS

- 24.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido pelo Pregoeiro o prazo de no mínimo 30(trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio no sistema.
- 24.2 Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, caso não seja possível a visualização no sistema dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos, os licitantes interessados poderão solicitar ao Pregoeiro o envio através do e-mail: pregao_dmsa@ufrj.br.
- 24.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentalmente.
- 24.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 24.3.2 A falta de manifestação motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor;
- 24.3.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 24.4 Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:
- 24.4.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- 24.4.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 24.4.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.
- 24.5 Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.
- 24.5.1 Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.
- 24.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XXV. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 25.1 Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 25.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 25.2.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

XXVI. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 26.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 26.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- 26.4 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará o cancelamento dos itens ganhos e a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.
- 26.5 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 26.6 Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

- 26.7 No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.
- 26.8 Constatada a irregularidade no SICAF, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, a UFRRJ poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente.
- 26.9 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 26.9.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

XXVII. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

- 27.1 A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.
- 27.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

XXVIII. DO PREÇO

- 28.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.
- 28.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 28.3 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 28.4 As demais regras para alteração de preços são estabelecidas da Ata de Registro de Preços.

XXIX. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 29.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

XXX. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

- 30.1 As vedações à Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

XXXI. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 31.1 As Condições de Entrega do Objeto estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXXII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 32.1 As Condições para o Recebimento Provisório e Definitivo estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXXIII. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

- 33.1 O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 33.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

XXXIV. DA GARANTIA DO PRODUTO

- 34.1 As Condições “ Da Garantia do Produto” estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXXV. DO PAGAMENTO

- 35.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF**; contados do aceite definitivo do produto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 35.1.1 Os pagamentos decorrentes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 35.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

- 35.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 35.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 35.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 35.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 35.6.1 **Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (estabelecido pela IN SLTI/MPOG nº 04, de 15/10/2013) o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.**
- 35.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 35.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 35.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 35.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 35.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 35.11.1 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1540, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

35.12 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

35.13 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

35.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (\text{TX}) \quad = \quad \frac{I}{365} \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

XXXVI. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

36.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

36.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

36.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

36.3 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

XXXVII. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 37.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 37.1.1 Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
 - 37.1.2 Apresentar documentação falsa;
 - 37.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 37.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 37.1.5 Não manter a proposta;
 - 37.1.6 Cometer fraude fiscal;
 - 37.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 37.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 37.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 37.2.1 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 37.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 37.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 37.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 37.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 37.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 37.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

XXXVIII. DA RESCISÃO

- 38.1 Os motivos para rescisão estão previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

- 38.2 A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XXXIX. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

- 39.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 39.1.1 **A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao_dmsa@ufrj.br, pelo Tel.-Fax: (21)2682-1241, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 – Seção de Pregão – Sala 21 do Prédio Principal.**
- 39.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 39.2.1 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 39.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 39.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 39.5 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão autuados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

XL.DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 40.1 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 40.2 A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

XLI. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 41.1 A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

- 41.2 A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 41.3 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 41.4 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequência do ato anulado.
- 41.5 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 41.6 A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 41.6.1 A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 41.7 Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

XLII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 42.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 42.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 42.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 42.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 42.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 42.6 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.
- 42.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na UFRRJ.
- 42.8 Serão realizadas pesquisas periódicas de mercado, para comprovar a vantajosidade da referida ata de registro de preços, a cargo do gestor da mesma.
- 42.9 **Em caso de divergência entre as especificações dos materiais inseridos no sistema SIASG e as deste edital, prevalecerão as constantes neste último.**
- 42.10 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 42.11 As notas de empenho emitidas em favor da empresa fornecedora ganhadora do regular processo licitatório, serão encaminhadas, de acordo com a necessidade da Administração, por e-mail com link redimensionando ao www.portaldatransparencia.gov.br, e somente de forma subsidiária ou força maior, via fax, assim respeitando o princípio da eficiência e economicidade pública.
- 42.12 Se o licitante declarado vencedor recusar-se, injustificadamente, a aceitar a Nota de Empenho de Despesa, será convocado outro licitante, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente para que seja obtido preço melhor. A recusa injustificada, poderá ensejar na aplicação das penalidades estabelecidas no edital, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.
- 42.13 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 42.14 Os licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

42.15 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

42.16 Para fins de aplicação das sanções administrativas, o lance é considerado proposta.

42.17 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23897-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

XLIII. DOS ANEXOS

43.1 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

43.1.1 ANEXO I - Termo de Referência;

43.1.2 ANEXO II - Declaração de Composição de Preços;

43.1.3 ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preço;

43.1.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Sustentabilidade;

43.1.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Menores;

43.1.6 ANEXO VI– Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;

XLIV. DO FORO

44.1 Nos termos do art. 109, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas ao presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa.

Seropédica – RJ, de de 201....

Assinatura da autoridade competente



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros

Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares

(DMSA)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 52/ 2017

PROCESSO Nº: 23083.008053/2016-77

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Data: 25 de outubro de 2017

Horário: às 10:00h

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

I. DO OBJETO

- 1.1 O presente Pregão tem por objeto a **Aquisição de aparelho de refrigeração (Ar condicionado, Climatizador, Cortina de Ar...etc.) e Instalação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

II. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 Tal solicitação faz-se necessária para atender à UFRRJ, durante o período de 12 (doze) meses, para satisfação das necessidades de refrigeração de ambientes.

III. DA ESPECIFICAÇÃO

- 3.1 Estimativa de consumo estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.
1.	Aquisição Ar Condicionado Bi-split 18.000 Inverter (2x9.000) Btus/h, 220 v. Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação fácil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Ciclo frio; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 34,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360m ³ /h para cada evaporadora, Compressor rotativo, Desumidificador, baixo nível de ruído, Consumo aroximado (watts/hora) 1930 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm, Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	10	R\$ 6.070,60
2.	Instalação Ar Condicionado Bi-split 18.000 Inverter (2x9.000) Btus/h, 220 v. Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação fácil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Ciclo frio; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 34,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360m ³ /h para cada evaporadora, Compressor rotativo, Desumidificador, baixo nível de ruído, Consumo aroximado (watts/hora) 1930 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	10	R\$ 1.195,50
3.	Aquisição de Ar condicionado Tri Split Hi Wall 36.000 Btus (9.000+9.000+18.000), Ar condicionado composto de 3 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação fácil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 68,4 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360 m ³ /h para o de 9000btu e de 800m ³ /h para o de 18000btu, Consumo aproximado (watts/hora) 4566 W/h, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo Frio,	Unid.	08	R\$ 11.367,72

	Desumidificador, 220V; Dimensões aproximadas Unid. Interna de cada evaporadora LxAxP cm 108X33X22 Dimensões Unid. Externa LxAxP cm 119X100X50. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.			
4.	<p>No item 4 foi aplicada cota de até 25% do item 3, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015</p> <p>Aquisição de Ar condicionado Tri Split Hi Wall 36.000 Btus (9.000+9.000+18.000), Ar condicionado composto de 3 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 68,4 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360 m³/h para o de 9000btu e de 800m³/h para o de 18000btu, Consumo aproximado (watts/hora) 4566 W/h, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo Frio, Desumidificador, 220V; Dimensões aproximadas Unid. Interna de cada evaporadora LxAxP cm 108X33X22 Dimensões Unid. Externa LxAxP cm 119X100X50. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	2	11.367,72
5.	<p>Instalação de Ar condicionado Tri Split Hi Wall 36.000 Btus (9.000+9.000+18.000), Ar condicionado composto de 3 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 68,4 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360 m³/h para o de 9000btu e de 800m³/h para o de 18000btu, Consumo aproximado (watts/hora) 4566 W/h, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo Frio, Desumidificador, 220V; Dimensões aproximadas Unid. Interna de cada evaporadora LxAxP cm 108X33X22 Dimensões Unid. Externa LxAxP cm 119X100X50. Incluindo mão-de-obra e todo o material</p>	Unid.	10	1.755,00

	necessário para instalação do aparelho.			
6.	Aquisição de Ar Condicionado Bi-Split Hi Wall 27.000 (9000+18000) BTU/s, 220v, Frio. Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 51,3 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360m ³ /h para o de 9000btu e 800 m ³ /h para o de 18000, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo frio; Desumidificador, Consumo aproximado (watts/hora) 2410 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	8	R\$ 10.253,28
7.	No item 7 foi aplicada cota de até 25% do item 6, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Bi-Split Hi Wall 27.000 (9000+18000) BTU/s, 220v, Frio. Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 51,3 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360m ³ /h para o de 9000btu e 800 m ³ /h para o de 18000, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo frio; Desumidificador, Consumo aproximado (watts/hora) 2410 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	2	R\$ 10.253,28
8.	Instalação de Ar Condicionado Bi-Split Hi Wall 27.000 (9000+18000) BTU/s, 220v, Frio. Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora;	Unid.	10	1.460,00

	<p>Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 51,3 kwh/mês, Vazão mínima de ar 360m³/h para o de 9000btu e 800 m³/h para o de 18000, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo frio; Desumidificador, Consumo aproximado (watts/hora) 2410 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.</p>			
9.	<p>Aquisição de Ar Condicionado Bi-Split Hi Wall 24.000 (2x12.000) BTU/s Frio, 220v, Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 45,6 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m³/h para cada evaporadora , Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo frio; Consumo aproximado (watts/hora) 2410 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	9	R\$ 9.980,67
10.	<p>No item 10 foi aplicada cota de até 25% do item 09, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015.</p> <p>Aquisição de Ar Condicionado Bi-Split Hi Wall 24.000 (2x12.000) BTU/s Frio, 220v, Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 45,6 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m³/h para cada evaporadora , Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo frio; Consumo aproximado (watts/hora) 2410 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	1	R\$ 9.980,67

11.	<p>Instalação de Ar Condicionado Bi-Split Hi Wall 24.000 (2x12.000) BTU/s Frio, 220v, Ar condicionado composto de 2 unidades interna (evaporadora) e 1 externa (condensadora), possibilita instalação facil para dois ambientes com pouco espaço externo para condensadora; Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 45,6 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m³/h para cada evaporadora , Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Ciclo frio; Consumo aproximado (watts/hora) 2410 W/h; medidas aproximadas Unidade Interna (2x) 250x750x190 mm; Unidade Externa 912x762x762 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.</p>	Unid.	10	R\$ 1.365,00
12.	<p>Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 30.000 btus, tipo mecânico, timer, tipo de operação quente/frio, tensão 220v, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 63,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1200m³/h, compressor rotativo, Dimensões aproximadas: altura 32.00 centímetros, largura 119.0 centímetros, profundidade 20.50 centímetros, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	109	R\$ 3.672,50
13.	<p>No item 13 foi aplicada cota de até 25% do item 12, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015.</p> <p>Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 30.000 btus, tipo mecânico, timer, tipo de operação quente/frio, tensão 220v, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 63,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1200m³/h, compressor rotativo, Dimensões aproximadas: altura 32.00 centímetros, largura 119.0 centímetros, profundidade 20.50 centímetros, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	36	R\$ 3.672,50
14.	<p>Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 18.000 btus, 220v, tipo mecânico, Ciclo frio, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 39,07 kwh/mês, Vazão mínima de ar 800m³/h, compressor</p>	Unid.	60	R\$ 2.290,26

	rotativo, dimensões aproximadas, altura 40,00 centímetros, largura 66,05 centímetros, profundidade 70,05 centímetros, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.			
15.	No item 15 foi aplicada cota de até 25% do item 14, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 18.000 btus, 220v, tipo mecânico, Ciclo frio, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 39,07 kwh/mês, Vazão mínima de ar 800m ³ /h, compressor rotativo, dimensões aproximadas, altura 40,00 centímetros, largura 66,05 centímetros, profundidade 70,05 centímetros, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	20	R\$ 2.290,26
16.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 10.000 btus, 220v, tipo mecânico, timer, Ciclo frio, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 20,3 kwh/mês, Vazão mínima de ar 400 m ³ /h, compressor rotativo, Dimensões aproximadas: altura 33,00 centímetros, largura 48,00 centímetros, profundidade 48,00 centímetros. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid	15	R\$ 1.469,02
17.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 10.000 btus, 110v, tipo mecânico, timer, Ciclo frio, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 20,3 kwh/mês, Vazão mínima de ar 400 m ³ /h, compressor rotativo, Dimensões aproximadas: altura 33,00 centímetros, largura 48,00 centímetros, profundidade 48,00 centímetros. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	30	R\$ 1.624,70
18.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 12000 btu/s, 110v, tipo mecânico, timer, Ciclo frio, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 25,1 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m ³ /h,	Unid.	25	R\$ 1559,58

	compressor rotativo, Dimensões aproximadas: altura 47,00 centímetros, largura 62.50 centímetros, profundidade 72.50 centímetros, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.			
19.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 12000 btu/s, 220v, tipo mecânico, timer, Ciclo frio, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 25,1 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m³/h, compressor rotativo, Dimensões aproximadas: altura 47,00 centímetros, largura 62.50 centímetros, profundidade 72.50 centímetros, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	20	R\$ 1.721,58
20.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 21.000 btus, 220v, tipo mecânico, Ciclo quente/frio, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 47,5 kwh/mês, Vazão mínima de ar 900 m³/h, compressor rotativo, dimensões aproximadas com painel (lxaxp) cm 44,5 x 66 x 86,4 cm, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	36	R\$ 2.894,76
21.	No item 21 foi aplicada cota de até 25% do item 20, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 21.000 btus, 220v, tipo mecânico, Ciclo quente/frio, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 47,5 kwh/mês, Vazão mínima de ar 900 m³/h, compressor rotativo, dimensões aproximadas com painel (lxaxp) cm 44,5 x 66 x 86,4 cm, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid	9	R\$ 2.894,76
22.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 7.500 BTUS, 110v, Ciclo Frio, Compressor Rotativo, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 15,8kwh/mês, Vazão mínima de ar 330 m3/h, Potência entre 700 a 780 W, com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011, Garantia	Unid.	30	R\$ 1.155,05

	de no mínimo 1 ano(12 meses) e Assistência Técnica On Site.			
23.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Janela 7.500 BTUS, 220v, Ciclo Frio, Compressor Rotativo, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 15,8kwh/mês, Vazão mínima de ar 330 m3/h, Potência entre 700 a 780 W, com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011, Garantia de no mínimo 1 ano(12 meses) e Assistência Técnica On Site.	Unid.	15	R\$ 1.200,15
24.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo por tático 10.000 BTUs, 110v, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 23kwh/mês, Vazão mínima de ar 350m ³ /h, aletas verticais com swing automático, com display digital, Baixo nível de ruído, controle remoto, timer, compressor rotativo, consumo aproximado entre 1100/1200 w, remoção de umidade, garantia mínima de 01 ano(12 meses) e Assistência Técnica On Site.	Unid.	10	R\$ 2.175,95
25.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 22.000 BTU/s ; Timer; Função Swing; Ciclo Frio; Desumidificador, Compressor Rotativo; baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 41,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar de 1050 m ³ /h Tensão 220v; Dimensões aproximadas unidade externa (AxLxP) - mm 832x702x380; unidade interna (AxLxP) - mm 1025x313x203; Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	56	R\$ 3.307,38
26.	No item 26 foi aplicada cota de até 25% do item 25, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 22.000 BTU/s ; Timer; Função Swing; Ciclo Frio; Desumidificador, Compressor Rotativo; baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 41,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar de 1050 m ³ /h Tensão 220v; Dimensões aproximadas unidade externa (AxLxP) - mm 832x702x380; unidade interna (AxLxP) - mm 1025x313x203;	Unid.	19	R\$ 3.307,38

	Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.			
27.	Instalação de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 22.000 BTU/s ; Timer; Função Swing; Ciclo Frio; Desumidificador, Compressor Rotativo; baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 41,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar de 1050 m ³ /h Tensão 220v; Dimensões aproximadas unidade externa (AxLxP) - mm 832x702x380; unidade interna (AxLxP) - mm 1025x313x203. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	75	R\$ 1.066,67
28.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 12.000 BTUs, , Compressor Rotativo, Aletas automáticas, Timer, Ciclo Frio, baixo nível de ruído,Desumidificador, Controle Remoto, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 23,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m ³ /h, Tensão 220V, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site	Unid.	64	R\$ 2.098,44
29.	No item 29 foi aplicada cota de até 25% do item 28, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 12.000 BTUs, , Compressor Rotativo, Aletas automáticas, Timer, Ciclo Frio, baixo nível de ruído,Desumidificador, Controle Remoto, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 23,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m ³ /h, Tensão 220V, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site	Unid.	21	R\$ 2.098,44
30.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Inverter 12.000 BTUs, , Compressor Rotativo, Aletas automáticas, Timer, Ciclo Frio, baixo nível de ruído,Desumidificador, Controle Remoto, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 23,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 460 m ³ /h, Tensão 220V. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	85	R\$ 842,52

31.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 18.000 Btus, Ciclo Frio, Aletas automáticas, Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 34,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 800m ³ /h, baixo nível de ruído, tensão 220v. medidas aproximadas Unidade Interna 232x1040x625 mm; Unidade Externa 640x875x330 mm; Compressor rotativo. Controle remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	90	R\$ 2.912,64
32.	No item 32 foi aplicada cota de até 25% do item 31, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 18.000 Btus, Ciclo Frio, Aletas automáticas, Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 34,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 800m ³ /h, baixo nível de ruído, tensão 220v. medidas aproximadas Unidade Interna 232x1040x625 mm; Unidade Externa 640x875x330 mm; Compressor rotativo. Controle remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	30	R\$ 2.912,64
33.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Inverter 18.000 Btus, Ciclo Frio, Aletas automáticas, Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 34,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 800m ³ /h, baixo nível de ruído, tensão 220v. medidas aproximadas Unidade Interna 232x1040x625 mm; Unidade Externa 640x875x330 mm; Compressor rotativo. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	120	R\$ 1.010,00
34.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Hi Wall 24.000 BTUS, Ciclo Frio; Compressor Rotativo, Desumidificador, Aletas automáticas, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 45,6 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1050m ³ /h; Timer, Controle Remoto, Tensão 220v, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência	Unid.	41	R\$ 3.042,09

	Técnica On Site.			
35.	No item 35 foi aplicada cota de até 25% do item 34, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Hi Wall 24.000 BTUS, Ciclo Frio; Compressor Rotativo, Desumidificador, Aletas automáticas, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 45,6 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1050m ³ /h; Timer, Controle Remoto, Tensão 220v, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	14	R\$ 3.042,09
36.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Hi Wall 24.000 BTUS, Ciclo Frio; Compressor Rotativo, Desumidificador, Aletas automáticas, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 45,6 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1050m ³ /h; Timer, Tensão 220v. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	55	R\$ 1.126,67
37.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Hi Wall 30.000 BTUs, Compressor Rotativo, Ciclo frio, Desumidificador, Fluxo Duplo, Aletas automáticas, Reinício automático, Timer, Controle Remoto, Tensão 220V, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 57,0 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1100m ³ /h, baixo nível de ruído, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	113	R\$ 3.746,31
38.	No item 38 foi aplicada cota de até 25% do item 37, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015 Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Hi Wall 30.000 BTUs, Compressor Rotativo, Ciclo frio, Desumidificador, Fluxo Duplo, Aletas automáticas, Reinício automático, Timer, Controle Remoto, Tensão 220V, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 57,0 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1100m ³ /h, baixo nível de ruído, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência	Unid.	37	R\$ 3.746,31

	Técnica On Site.			
39.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Hi Wall 30.000 BTUs, Compressor Rotativo, Ciclo frio, Desumidificador, Fluxo Duplo, Aletas automáticas, Reinício automático, Timer, Controle Remoto, Tensão 220V, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 57,0 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1100m ³ /h, baixo nível de ruído. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	150	R\$ 1.210,00
40.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Inverter 9.000Btus Frio. Função Swing; Ciclo frio; Tensão (volts) 220 V; Consumo aproximado (watts/hora) 876 W/h ; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 17,1 kwh/mês, Desumidificador, Vazão mínima de ar 360 m ³ /h; Baixo nível de ruído, Compressor rotativo; Medidas Aproximadas Unidade Interna 250x710x190 mm ; Unidade Externa 563x443x370 mm, Controle Remoto incluso. Garantia de no mínimo 1 ano (12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	15	R\$. 1.712,08
41.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Inverter 9.000Btus Frio. Função Swing; Ciclo frio; Tensão (volts) 220 V; Consumo aproximado (watts/hora) 876 W/h ; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 17,1 kwh/mês, Desumidificador, Vazão mínima de ar 360 m ³ /h; Baixo nível de ruído, Compressor rotativo; Medidas Aproximadas Unidade Interna 250x710x190 mm ; Unidade Externa 563x443x370 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	15	R\$ 797,50
42.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 36.000Btus, Ciclo Frio, Tensão 220v, Timer, Swing, Filtro; Desumidificador, Ciclo frio; Consumo aproximado 3900 W/h; baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 69,7 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1.400 m ³ /h, medidas aproximadas Unidade Interna 660x1280x206 mm; Unidade Externa 840x554x554 mm. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência	Unid.	30	R\$. 5.763,35

	Técnica On Site.			
43.	No item 43 foi aplicada cota de até 25% do item 42, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 36.000Btus, Ciclo Frio, Tensão 220v, Timer, Swing, Filtro; Desumidificador, Ciclo frio; Consumo aproximado 3900 W/h; baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 69,7 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1.400 m ³ /h, medidas aproximadas Unidade Interna 660x1280x206 mm; Unidade Externa 840x554x554 mm. Controle Remoto incluso. garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	10	R\$ 5.763,50
44.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 36.000Btus, Ciclo Frio, Tensão 220v, Timer, Swing, Filtro; Desumidificador, Ciclo frio; Consumo aproximado 3900 W/h; baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 69,7 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1.400 m ³ /h, medidas aproximadas Unidade Interna 660x1280x206 mm; Unidade Externa 840x554x554 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	40	R\$ 1.275,00
45.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 24.000 BTUS, Ciclo Frio; Compressor Rotativo, Desumidificador, Aletas automáticas, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 48,7 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1050m ³ /h; Timer, Controle Remoto, Tensão 220v, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	15	R\$ 4.013,24
46.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 24.000 BTUS, Ciclo Frio; Compressor Rotativo, Desumidificador, Aletas automáticas, Baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 48,7 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1050m ³ /h; Timer, Tensão 220v. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	15	R\$ 1.210,00

47.	Aquisição Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 30.000 BTUs, Compressor Rotativo, Ciclo frio, Desumidificador, Fluxo Duplo, Aletas automáticas, Reinício automático, Timer, Controle Remoto, Tensão 220V, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 57,1 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1100m ³ /h, baixo nível de ruído, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	17	R\$ 4.932,00
48.	O item 48 foi aplicada cota de até 25% do item 47, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Aquisição Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 30.000 BTUs, Compressor Rotativo, Ciclo frio, Desumidificador, Fluxo Duplo, Aletas automáticas, Reinício automático, Timer, Controle Remoto, Tensão 220V, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 57,1 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1100m ³ /h, baixo nível de ruído, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	3	R\$ 4.932,00
49.	Instalação Aquisição Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 30.000 BTUs, Compressor Rotativo, Ciclo frio, Desumidificador, Fluxo Duplo, Aletas automáticas, Reinício automático, Timer, Tensão 220V, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 57,1 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1100m ³ /h, baixo nível de ruído. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	20	R\$ 1.265,00
50.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 48.000 Btus, Ciclo Frio 220v, Timer, Swing, Filtro, Desumidificador, baixo nível de ruído, Compressor rotativo, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 97,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1600m ³ /h, Medidas aproximadas Unidade Interna 232x1650x625 mm; Unidade Externa 572x870x572 mm. Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site	Unid.	13	R\$ 6.625,13

51.	<p>No item 51 foi aplicada cota de até 25% do item 50, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015.</p> <p>Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 48.000 Btus, Ciclo Frio 220v, Timer, Swing, Filtro, Desumidificador, baixo nível de ruído, Compressor rotativo, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 97,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1600m³/h, Medidas aproximadas Unidade Interna 232x1650x625 mm; Unidade Externa 572x870x572 mm. Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	4	R\$ 6.625,13
52.	<p>Instalação Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 48.000 Btus, Ciclo Frio 220v, Timer, Swing, Filtro, Desumidificador, baixo nível de ruído, Compressor rotativo, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 97,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1600m³/h, Medidas aproximadas Unidade Interna 232x1650x625 mm; Unidade Externa 572x870x572 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.</p>	Unid.	17	R\$ 1.375,00
53.	<p>Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 58.000Btus, Ciclo Frio 220V. Timer, Swing, Filtro, Desumidificador, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 101,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1700m³/h, Consumo aproximado (watts/hora) 4800 W/h; Medidas aproximadas Unidade Interna 240x1600x700 mm; Unidade Externa 850x750x750 mm. Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses) com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.</p>	Unid.	68	R\$ 6.955,74
54.	<p>No item 54 foi aplicada cota de até 25% do item 53, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015.</p> <p>Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 58.000Btus, Ciclo Frio 220V. Timer, Swing, Filtro, Desumidificador, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 101,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1700m³/h, Consumo</p>	Unid.	22	R\$ 6.955,74

	aproximado (watts/hora) 4800 W/h; Medidas aproximadas Unidade Interna 240x1600x700 mm; Unidade Externa 850x750x750 mm. Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses) com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.			
55.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 58.000Btus, Ciclo Frio 220V. Timer, Swing, Filtro, Desumidificador, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 101,2 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1700m ³ /h, Consumo aproximado (watts/hora) 4800 W/h; Medidas aproximadas Unidade Interna 240x1600x700 mm; Unidade Externa 850x750x750 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	90	R\$ 1.690,00
56.	Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 60.000Btus, Ciclo Frio 220V. Timer, Swing, Filtro, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 121,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1800m ³ /h, Consumo aproximado (watts/hora) 5700 W/h; Medidas aproximadas Unidade Interna 232x1650x625 mm; Unidade Externa 852x740x740 mm. Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de 04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	26	R\$ 7.172,92
57.	No item 57 foi aplicada cota de até 25% do item 56, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015 Aquisição de Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 60.000Btus, Ciclo Frio 220V. Timer, Swing, Filtro, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 121,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1800m ³ /h, Consumo aproximado (watts/hora) 5700 W/h; Medidas aproximadas Unidade Interna 232x1650x625 mm; Unidade Externa 852x740x740 mm. Controle Remoto incluso, garantia mínima de 01 ano(12 meses), com Certificação Inmetro Portaria n.º 7 de	Unid.	9	R\$ 7.172,92

	04/01/2011 e Assistência Técnica On Site.			
58.	Instalação Ar Condicionado Tipo Split Piso Teto 60.000Btus, Ciclo Frio 220V. Timer, Swing, Filtro, Compressor rotativo, baixo nível de ruído, Desumidificador, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia 121,8 kwh/mês, Vazão mínima de ar 1800m ³ /h, Consumo aproximado (watts/hora) 5700 W/h; Medidas aproximadas Unidade Interna 232x1650x625 mm; Unidade Externa 852x740x740 mm. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação do aparelho.	Unid.	35	R\$ 1.736,67
59.	Circulador de ar, aproximadamente 60 cm, piso, três velocidades, tamanho médio, 110 volts, regulagem até 90º, grade removível, Potência aproximada de 140w. Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.	Unid.	35	R\$ 215,40
60.	Climatizador de Ar, Para ambientes aproximadamente 200m ² , baixo nível de ruído máximo de 70 decibéis, Eficiência Energética com Consumo máximo de energia, Vazão aproximada de Ar 15000 m ³ / h, 110v, regulagem de intensidade do vento, Interruptor liga/desliga, Potência aproximada 300 Watts - Consumo aproximado 0,30 Kw/h, Consumo aproximado de água de até 8L/h, Reservatório próprio de água com Capacidade aproximada de 15 Litros, Peso aproximado de 20 Kg, estrutura em rotomoldagem. Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.	Unid.	10	R\$ 469,64
61.	Climatizador de Ar, Para ambientes aproximadamente 300m ² , baixo nível de ruído máximo de 70 decibéis, Vazão aproximada de Ar 22000 m ³ / h, 220v, regulagem de intensidade do vento, Interruptor liga/desliga, Potência aproximada 500 Watts - Consumo aproximado 0,50 Kw/h, Consumo aproximado de água de até 8L/h, Reservatório próprio de água com Capacidade aproximada de 17 Litros, Peso aproximado de 40 Kg, estrutura em rotomoldagem. Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 1	Unid.	20	R\$ 333,63

	ano e Assistência Técnica.			
62.	Aquisição Cortina de ar 1,20m, 220v, potência aproximada 240w, Vazão aproximada de ar 1900 m ³ /h, baixo nível de ruído até 70dbA, com controle remoto. Operadas por controle remoto com fluxo de ar potente e homogêneo que pode ser direcionado para dentro ou para fora do ambiente, adaptando-se a qualquer necessidade de aplicação. garantia mínima de 01 ano(12 meses), Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	60	R\$ 563,24
63.	Instalação cortina de ar 1,20m, 220v, potência aproximada 240w, Vazão aproximada de ar 1900 m ³ /h, baixo nível de ruído até 70dbA, com controle remoto. Operadas por controle remoto com fluxo de ar potente e homogêneo que pode ser direcionado para dentro ou para fora do ambiente, adaptando-se a qualquer necessidade de aplicação. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação.	Unid.	60	R\$ 225,00
64.	Aquisição Cortina de ar 1,50m, 220v, potência aproximada 280w, Vazão aproximada de ar 2400 m ³ /h, baixo nível de ruído até 70dbA, com controle remoto. Operadas por controle remoto com fluxo de ar potente e homogêneo que pode ser direcionado para dentro ou para fora do ambiente, adaptando-se a qualquer necessidade de aplicação. garantia mínima de 01 ano(12 meses), Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012 e Assistência Técnica On Site.	Unid.	15	R\$ 705,49
65.	Instalação Cortina de ar 1,50m, 220v, potência aproximada 280w, Vazão aproximada de ar 2400 m ³ /h, baixo nível de ruído até 70dbA, com controle remoto. Operadas por controle remoto com fluxo de ar potente e homogêneo que pode ser direcionado para dentro ou para fora do ambiente, adaptando-se a qualquer necessidade de aplicação. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação.	Unid.	15	R\$ 229,25
66.	Aquisição Cortina de ar 90cm, 220v, potência aproximada 190w, Vazão aproximada de ar 1400 m ³ /h, baixo nível de ruído até 70dbA,	Unid.	10	R\$ 498,77

	com controle remoto. Operadas por controle remoto com fluxo de ar potente e homogêneo que pode ser direcionado para dentro ou para fora do ambiente, adaptando-se a qualquer necessidade de aplicação. garantia mínima de 01 ano(12 meses), Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012 e Assistência Técnica On Site.			
67.	Instalação Cortina de ar 90cm, 220v, potência aproximada 190w, Vazão aproximada de ar 1400 m ³ /h, baixo nível de ruído até 70dbA, com controle remoto. Operadas por controle remoto com fluxo de ar potente e homogêneo que pode ser direcionado para dentro ou para fora do ambiente, adaptando-se a qualquer necessidade de aplicação. Incluindo mão-de-obra e todo o material necessário para instalação.	Unid.	10	R\$ 225,50
68.	Desumidificador de Ar Ambiente, Capacidade (m3): 400m ³ , Portátil, 110v, Capacidade Desumidificação aproximada (L/dia): de até 18L/D, Elemento Resfriamento por Compressor com Gás Refrigerante Não Emissor de CFC, Reservatório Desumidificador (L): Mínimo 4L, com Filtro Lavável, Vazão de Ar Hora (mínimo): 110m3/H. Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.	Unid.	15	R\$ 2.078,13
69.	Desumidificador de Ar Ambiente, Capacidade (m ³): aproximad. 1500m ³ , Portátil, 110v, Capacidade Desumidificação aproximada (L/dia) de até 30L/D a 30°C 80 RH, Elemento Resfriamento por Compressor, com Gás Refrigerante Não Emissor de CFC, reservatório desumidificador (L): Mínimo 6L, com Filtro Lavável, Vazão de Ar / Hora (mínimo): 110m3/H. Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.	Unid.	18	R\$ 4.675,32
70.	No item 70 foi aplicada cota de até 25% do item 69, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Desumidificador de Ar Ambiente, Capacidade (m ³): aproximad. 1500m ³ , Portátil, 110v, Capacidade Desumidificação aproximada (L/dia) de até 30L/D a 30°C 80 RH, Elemento Resfriamento por Compressor, com Gás Refrigerante Não Emissor de CFC, reservatório	Unid.	2	R\$ 4.675,32

	desumidificador (L): Mínimo 6L, com Filtro Lavável, Vazão de Ar / Hora (mínimo): 110m ³ /H. Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.			
71.	Desumidificador de Ar, para até 150m ³ , com compressor hermético, reservatório para guardar água com capacidade de no mínimo 3 litros, controlador de umidade, chave liga-desliga, lâmpada piloto que avisa quando o reservatório está cheio, alças laterais e rodízios para facilitar a locomoção, 110v, Potencia de aproximadamente 290W, retirando aproximadamente 12 litros de água por dia. Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica	Unid.	10	R\$ 1.688,88
72.	Desumidificador de papel, capacidade aproximada para 1500 fls A4, 75g, dimensões aproximadas do gabinete: 250x 190X 360 mm potência aproximada de 16 watts, retira umidade em aproximadamente 50 minutos, tensão 110v, temperatura interior varia de 40 a 45 graus. Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.	Unid.	20	374,49
73.	Exaustor de Transmissão, diâmetro aproximado de 50cm, 110v, potência aproximada de 2HP, rotação aproximada de 1800RPM, Vazão aproximada de 150m ³ /h, nível de ruído de até 90dbA, medidas aproximadas Diâmetro 50cm, comprimento 60 cm. Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.	Unid.	33	R\$ 2.531,77
74.	No item 74 foi aplicada cota de até 25% do item 73, exclusiva para participação de ME/EPP, para atender ao disposto no art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015. Exaustor de Transmissão, diâmetro aproximado de 50cm, 110v, potência aproximada de 2HP, rotação aproximada de 1800RPM, Vazão aproximada de 150m ³ /h, nível de ruído de até 90dbA, medidas aproximadas Diâmetro 50cm, comprimento 60 cm. Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.	Unid.	2	R\$ 2.531,77
75.	Exaustor, tipo axial, material chapa aço carbono, aplicação parede, diâmetro aproximado de 30 cm, potência aproximada	Unid.	20	R\$ 479,61

	motor 1/2 hp, tipo motor monofásico, rotação aproximada do motor 1750 a 1800 rpm, tensão 110v, características adicionais hélice com 6 paletas de alumínio, grade externa, acabamento pintura esmalte sintético. Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.			
76.	Ventilador de teto, com 03 (três) pás em aço de aproximadamente 38cm, T 110v, sem luminária, sem lâmpadas, Vazão média de ar: 110,4m /min. Até 3 (três) velocidades (com reversor). Com certificação do Inmetro Portaria n.º 113 de 07/04/2008, Diâmetro aproximado do ventilador montado: 107,0 cm. Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência.	Unid.	55	R\$ 172,97
77.	Ventilador tipo coluna, aproximadamente 45 cm de diâmetro, 110v, oscilação horizontal, 3 hastes metálicas, área de ventilação aproximada de 40m ² , potência aproximada de 120w, mínimo de 3 velocidades. Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Dimensões aproximadas 45x140x52mm, Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.	Unid	20	R\$ 229,82
78.	Ventilador tipo coluna, aproximadamente 60 cm de diâmetro, 110v; Potência aproximada de 180w; RPM aproximadas de Ventilação 1350; Eficiência Energética com Consumo máximo de energia, Vazão paroximada 13800 M ³ /h; Altura aproximada do Pedestal: 1,5 a 2,0 Mt; Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.	Unid.	80	R\$ 238,50
79.	Ventilador tipo parede, aproximadamente 100 cm de diâmetro, Estrutura em metal, Sistema de hélice com 3 ou 5 pás, Tensão 110V, Hastes metálicas de alta resistência, potência aproximada de 500w, Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.	Unid.	20	R\$ 745,12
80.	Ventilador tipo parede, aproximadamente 60 cm de diâmetro, Estrutura em metal, Sistema de hélice com 3 ou 5 pás, 3 velocidades, Tensão 110V, Hastes metálicas de alta resistência, potência aproximada de 180w, Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência	Unid.	110	R\$ 186,19

	Técnica.			
81.	Ventilador tipo parede, aproximadamente 60 cm de diâmetro, Estrutura em metal, Sistema de hélice com 3 ou 5 pás, 3 velocidades, Tensão 220V, Hastes metálicas de alta resistência, Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 12 meses e Assistência Técnica.Referência.	Unid.	10	R\$ 186,19
82.	Ventilador tipo Torre, Timer, alça para transporte, até 3 velocidades, Tensão: 110v, Potência mínima de 50W, Material/Composição: Plástico e Acrílico, medidas aproximadas, Altura: 240; Diâmetro: 200cm, Peso aproximado: 4,2Kg. Certificação Inmetro Portaria n.º 20 de 18/01/2012, Garantia de no mínimo 1 ano e Assistência Técnica.	Unid.	10	R\$ 323,56

- 3.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 3.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 3.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 7º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

IV. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1 Os objetos da presente aquisição podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado. Desta forma, entendemos que os objetos podem ser classificados com bens comuns, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.
- 4.2 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

V. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 5.1 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa

nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012:

5.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2 (caso houver);

5.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (caso houver);

5.1.3 Que os serviços apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, quais sejam: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência por materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (caso houver);

5.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (caso houver);

5.1.5 A comprovação do disposto neste item (da sustentabilidade) poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre as exigências do edital, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012.

5.2 O Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. Essa Logística é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (caso houver).

5.3 A Licitante vencedora terá a responsabilidade pelo recolhimento dos materiais que por ventura forem utilizados e transformados em lixo, sendo de sua inteira responsabilidade a retirada desses materiais conforme previsto na legislação e normas ambientais para o tratamento, armazenamento, transporte e destinação do lixo ou resíduos hospitalares para os materiais compatíveis com o objeto desta licitação.

- 5.4 A Licitante vencedora, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente.
- 5.5 Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 (caso se enquadre).
- 5.6 As máquinas e aparelhos, especificados no item 3.1, que possuírem sistema de refrigeração, deverão estar em conformidade com as seguintes legislações, normas, protocolos e tratados:
- 5.6.1 Protocolo de Montreal de 1987 - Estabelece medidas apropriadas para proteger a saúde humana e o meio ambiente contra os efeitos adversos que resultem, ou possam resultar, de atividades humanas que modifiquem, ou possam modificar, a camada de ozônio;
 - 5.6.2 Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90 - Promulga a Convenção de Viena para a proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio;
 - 5.6.3 Resolução nº13 de 1995 - CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - Considera o Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio visando estabelecer a eliminação gradativa do uso de tais substâncias no País;
 - 5.6.4 Protocolo de Quioto de 1997 - Constitui-se no protocolo de tratado internacional com compromissos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados como causa antropogênicas do aquecimento global;
 - 5.6.5 Resolução nº 267 de 2000 - CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - Proíbe em todo o território nacional a utilização das substâncias controladas, especificadas no Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, e incluídas no Anexo desta Resolução, nos sistemas, equipamentos, instalações e produtos novos, nacionais e importados;
 - 5.6.6 Decreto Federal nº 5.445 de 12/05/05 - Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
- 5.7 Os veículos automotores utilizados no fornecimento dos materiais deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986.

VI. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 6.1 O prazo de entrega será de **15 dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho**.
- 6.2 Os materiais objeto desta licitação terão sua entrega coordenada, **exclusivamente, pelo ALMOXARIFADO CENTRAL**, que terá absoluta autonomia para distribuir e/ou fracionar a entrega nos diversos setores requisitantes dentro do Campus Universitário, localizado na Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica/RJ.
- 6.2.1 **TODA E QUALQUER ENTREGA DEVERÁ** ser prévia e obrigatoriamente agendada, seja por Empresa Fornecedora ou Transportadora Contratada, de segunda à quinta-feira, de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas nos telefones (21) 3787-0052; 3787-3977, 2682-1070 ou 2682-2808 - Setor de Recepção.
- 6.3 No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito a UFRRJ tal ocorrência, através dos e-mails: almoxarifado_dmsa@ufrrj.br ou cobranças_dmsa@ufrrj.br. A comunicação da Contratada deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, na qual deverá informar os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e indicar uma nova data para entrega que não poderá ocorrer em prazo superior a 10 dias.
- 6.3.1 A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas estabelecidas nesse Termo de Referência, caso não sejam respeitados os prazos estabelecidos no subitem anterior.
- 6.4 Todos os materiais deverão vir acondicionados em suas embalagens originais.
- 6.5 Todos os materiais de que trata esta licitação deverão obedecer às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. Para os materiais de procedência estrangeira a empresa deverá apresentar nota de importação que comprove a legalidade da entrada do material no país.
- 6.6 O material deverá ser entregue acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

VII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (dias) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.
- 7.2 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 7.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, **reputar-se-á como realizada**, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.3 O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.
- 7.4 A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.
- 7.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser **substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

VIII. DA GARANTIA DO PRODUTO

- 8.1 O período de Garantia, dos equipamentos, contra defeitos de fabricação e funcionamento deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela UFRRJ. Prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante dos mesmos, se por prazo maior.
- 8.2 O prazo de garantia do serviço de instalação dos Equipamentos será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento definitivo.
- 8.2.1 Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- 8.3 A garantia abrange a manutenção corretiva dos equipamentos e instalação, por intermédio da contratada ou de sua (s) credenciada (s), a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a UFRRJ.
- 8.3.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.
- 8.4 A presente garantia é do tipo on-site.
- 8.4.1 A assistência técnica, caso necessária, deverá ser prestada dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.
- 8.4.2 O prazo para contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções será de 10 dias, a contar do dia seguinte ao da notificação de inconformidade.
- 8.5 Deverão ser informados todos os componentes relevantes aos produtos ofertados com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante), descrição e quantidades, permitindo assim a identificação clara e objetiva dos mesmos;

- 8.6 Os equipamentos ofertados deverão ser de procedência nacional ou estar em conformidade com a política de garantia do fabricante para o Brasil. Devendo o fornecedor informar o distribuidor autorizado no Brasil, através do qual os mesmos estão sendo adquiridos. Deve ainda a contratada apresentar no ato da entrega dos equipamentos documentação informando os números de série dos respectivos, referentes ao pedido de fornecimento, devendo esse ser anexado as notas fiscais de entrega a cada grupo solicitado para posterior verificação junto aos fabricantes.
- 8.7 A empresa contratada deverá prestar assistência técnica por meios próprios ou por intermédio de empresa credenciada, a fim de manter em perfeita condição de uso, sem ônus adicionais para o UFRRJ.
- 8.8 Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- 8.9 Forma de Atendimento da Assistência Técnica:
- 8.10 A contratada deverá disponibilizar “Central de Atendimento” para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 18h), indicando os telefones de contato. Os chamados poderão ser abertos pela equipe técnica da UFRRJ;
- 8.11 Entende-se por suporte técnico aquele efetuado mediante suporte telefônico (permanente) ou suporte "on site", para resolução de problemas de utilização do equipamento. Os chamados relativos a suporte técnico serão feitos por meio do serviço de Atendimento aos Usuários da licitante ou por servidor designado;
- 8.12 A Contratada será responsável tanto pelo deslocamento de seus técnicos aos locais em que estiverem instalados os aparelhos como pela remoção destes para sua oficina, quando necessários.
- 8.13 A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, desde que o fabricante assegure que não haverá perda da garantia, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do contratante;
- 8.14 A empresa deverá fornecer os dados para abertura de chamada de assistência técnica (nome do contato, e-mail, telefone, etc), bem como o endereço dos locais que ficarão nas cidades consideradas POLO de cada lote
- 8.15 Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sempre “novas e de primeiro uso.
- 8.16 Considera-se sinistro toda e qualquer anormalidade no funcionamento ou incapacidade de funcionamento do equipamento adquirido pela Contratante, no que refere-se a perda de rendimento, prejuízo no funcionamento de outros equipamentos acoplados, incapacidade de funcionamento, funcionamento em desacordo com as normas de fabricação, defeitos de fabricação preexistente, vícios

redibitórios ou qualquer outra denominação que façam presumir que o equipamento adquirido está em desacordo com as normas técnicas de fabricação combinando inclusive com as especificações estipulas em Edital.

- 8.17 Nos casos em que o objetivo da garantia seja a reparação do BEM: A Contratada garante até o limite máximo do valor do produto ou serviço de reparo (mão-de-obra e peças), necessário para garantir seu funcionamento e/ou uso de acordo com as condições do fabricante do produto. A Contratada pode, a seu exclusivo critério, decidir pela substituição do BEM por um produto novo de mesma marca e modelo ou superior desde que exista anuência da Contratante ou pela indenização correspondente em espécie.
- 8.18 Nos casos em que o objetivo da garantia seja a troca do BEM: A Contratada garante até o limite máximo do valor do produto, a substituição do bem segurado por um produto novo de mesma marca e modelo ou superior desde que a Contratante aprove, ou a indenização correspondente em espécie.
- 8.19 Nos casos de indenização: Na ocasião do sinistro, e havendo a descontinuidade da fabricação do objeto licitado, será estipulado um prazo pela Contratante para indenização correspondente em espécie.
- 8.20 Estão cobertos pela garantia originada deste Contrato:
- 8.21 Qualquer custo relativo a defeitos ocorridos em BENS que estejam dentro do prazo de GARANTIA ORIGINAL DO FABRICANTE independentemente do FABRICANTE honrar ou não a garantia, bem como os defeitos que o FABRICANTE tenha divulgado nos meios de comunicação para que pudessem ser sanados às suas custas ("recall"), por força da Lei, condenação judicial ou não, mesmo após o término do prazo de GARANTIA ORIGINAL;
- 8.22 Danos causados pela CONTRATADA por transporte, limpeza, reparação, remoção, instalação ou restauração do BEM GARANTIDO, nas dependências da Contratante ou fora dela;
- 8.23 Qualquer componente de fabricação nacional que possuam ASSISTÊNCIA TÉCNICA autorizada ou não, em vista do funcionamento imperfeito relacionada ao BEM GARANTIDO;
- 8.24 Qualquer componente de fabricação estrangeira que não possua ASSISTÊNCIA TÉCNICA de fabrica no Brasil no que tange a peças ou mão-de-obra relacionada ao BEM GARANTIDO;
- 8.25 Defeito pré-existente ocorrido dentro do período de entrega e instalação;
- 8.26 Bens cujos números de série ou outro tipo de identificação, tenha seu levantamento impossibilitado devido a deficiência na gravação;
- 8.27 Custo de instalação, montagem ou colocação do produto, bem como os defeitos causados pela falha de projetos ou instalação, colocação ou erros na montagem do BEM e/ou na retida e transporte do mesmo, será por conta da Contratada;

- 8.28 A Contratada deverá garantir a qualidade dos equipamentos, e que estes após a entrega, possuam a garantia mínima exigida de 12 (doze) meses, a partir da data de entrega dos equipamentos, imputando-lhes os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado, caso não seja possível à troca, tudo a encargo da mesma;
- 8.29 Todas as despesas referentes a garantia, como retirada/entrega nas dependências da Contratante, bem como o envio ao fabricante serão por conta da Contratada, não gerando ônus à Contratante.
- 8.30 Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.

IX. DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

9.1 EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 9.1.1 As unidades de Ar Condicionado Split e Cortina de Ar deverão ser instaladas nos diversos setores requisitantes dentro do Campus Universitário, localizado na Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica/RJ, conforme discriminado no Anexo V deste Edital.
- 9.1.2 A execução dos serviços será iniciada em até 5 (cinco) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 9.1.3 O prazo para instalação de cada equipamento será de 03 (três) dias, contados a partir do seu início, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração.

9.2 MATERIAIS UTILIZADOS PARA INSTALAÇÃO DOS AR CONDICIONADO SPLIT:

- 9.2.1 Tubos de cobre maleável e curvas sempre de raio longo;
- 9.2.2 Solda foscooper;
- 9.2.3 Nitrogênio;
- 9.2.4 Carga adicional de refrigerante, na quantidade estabelecida no manual de Instalação do fabricante;
- 9.2.5 Filtros secadores;
- 9.2.6 Braçadeiras galvanizadas para fixação dos tubos, com bitola de acordo com os diâmetros dos mesmos.
- 9.2.7 Juntas de borrachas de 2 mm de espessura entre os tubos e braçadeiras
- 9.2.8 Sifões:
- 9.2.8.1 Sifão simples na saída do evaporador;
- 9.2.8.2 Sifão duplo nos trechos verticais a cada 3 metros de desnível;
- 9.2.8.3 Sifão invertido na entrada da unidade condensadora, caso esteja acima da unidade evaporadora, a uma altura superior à serpentina.
- 9.2.9 Isolante Térmico:
- 9.2.9.1 Os isolantes deverão ser fabricados em espuma elastomérica.

9.3 PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DOS AR CONDICIONADO SPLIT:

- 9.3.1 A empresa contratada deverá enviar seus técnicos devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, responsabilizando-se pelo seu uso e retirando do local onde serão executados os serviços àqueles que se recusarem a fazer uso dos equipamentos;
- 9.3.2 A empresa deverá fornecer todo o material necessário para a instalação dos equipamentos, devendo atentar-se para a distância máxima entre o evaporador e condensador que não ultrapassará 5 metros de distância um do outro.
- 9.3.3 Ocorrendo qualquer dano, avaria ou mancha, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho, a empresa contratada deverá assumir a imediata reparação, restaurando às condições originais da edificação;
- 9.3.4 A contratada deverá ter registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
- 9.3.5 A empresa que apresentar registro/inscrição de outro Estado da Federação estará obrigada, se vencedora da licitação, a obter o visto do CREA local (CREA-RJ);
- 9.3.6 A contratada deverá realizar a limpeza e remoção de todos os resíduos decorrentes do processo de instalação;
- 9.3.7 Todo e qualquer ônus, decorrente da instalação do objeto licitado, será de inteira responsabilidade da licitante;
- 9.3.8 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todo o sistema de drenagem das evaporadoras que deverá ser conduzido até a tubulação de água pluvial.
- 9.3.9 Toda a tubulação de drenagem das evaporadoras no interior da edificação deverá ser embutida e deverá ter desnível adequado a evitar vazamentos e acúmulo de lodo.
- 9.3.10 A CONTRATADA será responsável pela realização dos cortes em alvenaria e posterior recomposição do local, inclusive a pintura de toda a extensão da parede que sofreu intervenção.
- 9.3.11 A CONTRATADA, na montagem dos equipamentos e seus acessórios, deverá seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas: ABNT – NBR 16401 – Instalações de Ar condicionado – Sistemas centrais e unitários, ABNT – NBR 5410 (antiga NB – 3) – Instalações elétricas de baixa tensão.

- 9.3.12 As unidades de Ar Condicionado Split deverão ser instaladas nos diversos setores requisitantes dentro do Campus Universitário, localizado na Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica/RJ, conforme discriminado no Anexo V deste Edital.
- 9.3.13 As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos;
- 9.3.14 O fornecimento dos cabos, eletrodutos, curvas, conexões, conectores, entre outros são de responsabilidade da licitante;
- 9.3.15 Caberá à CONTRATADA o fornecimento do suporte do condensador, de acordo com o tamanho de cada equipamento, a fixação deverá ser feita com parafusos galvanizados de 10mm com buchas e arruelas de mesmo diâmetro;
- 9.3.16 As tubulações deverão ser fornecidas em cobre específico para refrigeração nas bitolas recomendadas pelo fabricante e instaladas com todos os critérios de limpeza e desumidificação;
- 9.3.17 As tubulações da rede frigorígena (expansão e sucção) deverão ser revestidas e isoladas com tubos de espuma elastomérica, presos por meio de fitas plásticas, abraçadeiras, e juntadas a cada 20 cm com fita de acabamento, o cabeamento elétrico deverá ficar externo ao conjunto linha-isolamento. Deverão ser fornecidas toda a cola, adesivo, manta, fita e outros materiais necessários ao perfeito isolamento de todas as tubulações bem como suas conexões;
- 9.3.18 Caso necessário, a CONTRADA deverá complementar a carga de gás e óleo em virtude do comprimento da linha frigorígena, para o bom funcionamento do equipamento;
- 9.3.19 As unidades condensadoras deverão ser suportadas por mãos francesas pré-fabricadas ou cantoneiras com apoios de borracha anti-vibração em seus 04 pontos de apoio, em local a ser indicado pela fiscalização do contrato ou servidor designado.
- 9.3.20 Anteriormente à instalação da saída de dreno, a Contratada deverá submeter todos os materiais, como mangueira e tubulação, à aprovação da fiscalização da UFRRJ;
- 9.3.21 As instalações (canos, fios, etc) deverão ser cobertas e disfarçadas de forma a não causar impacto negativo no ambiente instalado.
- 9.3.22 A saída de dreno deverá conter o mínimo de curvas para evitar entupimentos;
- 9.3.23 Deverá ser observado total estanqueidade nas tubulações e a aplicação de vácuo deverá ser feita dentro do maior rigor, com auxílio de vacuômetro e

conforme as exigências do fabricante do condicionador no que diz respeito ao START-UP das máquinas;

- 9.3.24 As condensadoras e evaporadoras devem ser corretamente niveladas, de modo que a drenagem ocorra corretamente pela tubulação de drenagem;
- 9.3.25 O conjunto de cobre e dreno deve ser protegido contra intempéries por meio de enrolamento adequado;
- 9.3.26 Os tubos de cobre deverão ser específicos para refrigeração, com paredes capazes de suportar as pressões de teste e trabalho dos sistemas a serem instalados;
- 9.3.27 Caberá a empresa CONTRATADA a interligação de todas as unidades evaporadoras aos respectivos pontos de drenos deixados pelo CONTRATANTE através de tubulação de PVC;
- 9.3.28 Após a montagem das tubulações deverá ser realizado teste de estanqueidade para verificar se não há vazamento;
- 9.3.29 As Bombas de drenagem deverão ser instaladas em todos os aparelhos de ar condicionados split;
- 9.3.30 A empresa deverá executar todos os testes e medições de pressões, vazões e temperaturas de todas as unidades condicionadoras de acordo com os manuais do fabricante;
- 9.3.31 Os materiais a serem instalados deverão ser novos, de qualidade adequada, e deverão estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT e normas acima;
- 9.3.32 Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou auto-extinguível.
- 9.3.33 Os equipamentos deverão ser instalados nos locais determinados pela UFRRJ;
- 9.3.34 Os aparelhos de ar-condicionado deverão ser configurados para, no caso de interrupção no fornecimento de energia, retornarem ao pleno funcionamento automaticamente tão logo a energia da rede retorne;
- 9.3.35 Todos os serviços de instalação devem estar de acordo com o manual técnico de instalação do produto;
- 9.3.36 Todos os serviços que forem rejeitados pela fiscalização da UFRRJ deverão ser refeitos, imediatamente após o recebimento da notificação da Fiscalização da UFRRJ;
- 9.3.37 A Fiscalização poderá suspender os serviços e pagamentos até que sejam corrigidas as falhas apontadas, caso necessário.

X. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 São obrigações da Contratante:
 - 10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XI. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
 - 11.1.1 Indicar pessoa qualificada, para representá-la junto à fiscalização;
 - 11.1.2 Cumprir o disposto no Art 39, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor;
 - 11.1.3 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente públicos ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na UFRRJ, nos termos do artigo 7º do decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da Administração Pública federal;
 - 11.1.4 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
 - 11.1.5 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
 - 11.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 11.1.7 Assinar a Ata, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
- 11.1.8 Fornecer o material conforme especificação e preço registrados;
- 11.1.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UFRRJ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 11.1.10 Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor da ata, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;
- 11.1.11 Comunicar imediatamente, por intermédio do Gestor da Ata, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;
- 11.1.12 Manter, durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.13 Participar ao Gestor da Ata, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência da Ata, apresentando a documentação pertinente;
- 11.1.14 Encaminhar as solicitações à UFRRJ por intermédio do Gestor da Ata;
- 11.1.15 Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.
- 11.1.16 Manter os equipamentos discriminados em perfeitas condições de funcionamento, mediante assistência técnica quando necessário dentro do período de garantia.

11.2 A CONTRATADA se obriga a prestar as seguintes tarefas referentes à instalação dos equipamentos:

- 11.4.1 Instalar os aparelhos no prazo determinado neste Termo de Referência.
- 11.4.2 Cumprir fielmente as especificações técnicas que envolve a instalação dos equipamentos de forma que os serviços a serem executados mantenham as condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- 11.4.3 Todas as peças que por ventura forem substituídas pela CONTRATADA deverão ser da melhor qualidade, originais ou as recomendadas pelo fabricante, sendo de sua responsabilidade a troca de peças e componentes existentes;
- 11.4.4 Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA;
- 11.4.5 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato;
- 11.4.6 Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização;
- 11.4.7 Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste contrato;
- 11.4.8 Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que diz respeito à metodologia a ser adotada e às demais questões administrativas que forem suscitadas;

- 11.4.9 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos;
- 11.4.10 A CONTRATADA deverá ser responsável pela disponibilização de mão de obra, transporte, ferramentas e todos os outros recursos necessários para a execução contratual;
- 11.4.11 Destinar profissionais de comprovada capacidade e habilitação específica para execução dos serviços ora contratados, devendo os mesmos se apresentarem devidamente uniformizados e identificados no local de trabalho;
- 11.4.12 Substituídos os componentes e peças em virtude da garantia que deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias;
- 11.4.13 Fornecer todas as ferramentas e instrumentos necessários para instalação dos equipamentos.
- 11.4.14 Respeitar o horário de funcionamento de cada local, onde os equipamentos deverão ser instalados. Na impossibilidade da execução o mesmo deverá reiniciar-se na primeira hora útil do dia seguinte;
- 11.4.15 Responder pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo fornecimento ou eventuais atrasos;
- 11.4.16 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 11.4.17 Atentar para as normas de segurança nas dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus técnicos devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados;
- 11.4.18 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UFRRJ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 11.4.19 Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas;
- 11.4.20 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

XII. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

- 12.1 São expressamente vedadas à Contratada:
 - 12.1.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, durante a vigência do contrato;
 - 12.1.2 A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante; e
 - 12.1.3 A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

XIII. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

XIV. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 14.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 14.1.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.1.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

XV. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 15.1.6 Não mantiver a proposta.
- 15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 15.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2 **Multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento), em caso de inexecução parcial do objeto, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência. Neste caso, a contratada deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à multa, o grau de severidade será elevado e a contratada estará sujeita à multa descrita no item abaixo;**
- 15.2.3 **Multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência. Neste caso, a contratada deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos.**
 - 15.2.3.1 Considera-se inexecução parcial do objeto o descumprimento do disposto no item 7.4 deste Termo de Referência.
 - 15.2.3.2 Findo os prazos mencionados acima e mantendo-se os motivos que levaram à multa, a CONTRATADA ensejará na inexecução total do objeto e ficará sujeita à multa compensatória equivalente a 05% (cinco por cento) do valor adjudicado, rescisão contratual, e/ou cancelamento da ata de registro de preço, podendo ficar impedida de licitar e contratar com a União e ser descredenciada no SICAF por até 5 (cinco) anos.
- 15.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002;
- 15.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 15.2.7 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a as empresas e os profissionais que:
 - 15.2.7.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.2.7.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.2.7.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 15.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 15.5 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela contratante;
- 15.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 15.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 15.8 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

Seropédica – RJ, de de 2017

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Técnico	Integrante Requisitante
Nome: Matrícula:	Nome: Matrícula:

Aprovo o presente Termo de Referência e os seus demais anexos, sendo estes elaborados de acordo com a legislação vigente. Lembrando que a referida licitação está em consonância com a legislação pertinente, que autoriza a sua realização, em especial a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005 e a Lei 8.666/93.

Norma Sueli Martins
Pró-reitora de Assuntos Financeiros



ANEXO II – DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52 / 2017

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA _____ **CNPJ** _____ **SEDE**
_____ **(endereço completo e telefone)**, declara, sob as penas da lei, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, de qualquer natureza, que incidam sobre o material objeto deste pregão, tais como: mão-de-obra, fretes, seguros, impostos e taxas em geral, conforme constante do Anexo I do referido Edital.

Nome, CPF e número da identidade do declarante

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS AUXILIARES
SEÇÃO DE PREGÃO**

Rodovia BR 465, km 07– Seropédica /RJ; CEP: 23.897-000. Pavilhão Central, Sala 21 – Telefone/ FAX: (21) 2682-1241.
E-mail: pregao_dmsa@ufrj.br

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 52 / 2017**ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO Nº 23083.008053/2016-77**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 000/201...
TERMO Nº: 000**

VALIDADE: 12 MESES

Aos dias do mês de de, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com sede na BR 465, Km 07, Seropédica – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, neste ato representado pela Pró-Reitora de Assuntos Financeiros, Norma Sueli Martins, nomeada pela Portaria nº 405 /GR de 27 de março de 2017, publicada no D.O.U. de 28 de março de 2017, inscrito(a) no CPF sob o nº **477.649.967-34**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **3404000**; Nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do Decreto nº 3.722/01; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 52/2017**, conforme publicação no D.O.U em/...../..... e homologada pela Pró-Reitora de Assuntos Financeiros; Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, CEP, Telefone:, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, cuja proposta foi vencedora no presente certame.

inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, CEP, Telefone:, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, cuja proposta foi vencedora no presente certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de **Aquisição de aparelho de refrigeração (Ar condicionado, Climatizador, Cortina de Ar...etc.) e Instalação**., visando atender às necessidades da **UFRRJ**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO
			ÓRGÃO GERENCIADOR (UFRRJ)	

- 1.2 São registrados no CADASTRO DE RESERVA abaixo, nos termos do art. 11 do Decreto nº 7.892/13, os seguintes fornecedores que aceitaram cotar o fornecimento dos bens com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação:

ITEM	DADOS DO FORNECEDOR	QUANTIDADE

- 1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÓRGÃOS GERENCIADOR

- 2.1 O órgão gerenciador será a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.2 O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
- 4.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 4.3.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 4.3.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
 - 4.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

- 4.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.4.1 Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- 4.4.2 Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento (emissão da nota de empenho), sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- 4.4.3 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- 4.5 A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- 4.6 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
- 4.7 É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 4.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial da União, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
- 4.9 É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 4.10 Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.
- 4.11 Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

- 5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.4.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.4.3 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.4.4 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.6.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.6.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.6.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.6.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.8.1 por razão de interesse público; ou
- 5.8.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 6.1 A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante **nota de empenho de despesa**, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.

- 6.2 Previamente à formalização de cada contratação, a UFRRJ realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 6.3 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- 6.4 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

- 7.1 Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis, , ressalvado o disposto no item 5.2. da cláusula quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

- 8.1 As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas, respectivamente, nas Seções “DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE” e “DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA” do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1 Os bens serão recebidos na forma do item “DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO” do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento dar-se-á na forma do item “DO PAGAMENTO” do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 11.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção “DAS SANÇÕES” do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

13.2 Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

13.3 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

13.4 Nos termos do art. 109, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas a presente Ata, não resolvidas na esfera administrativa.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Seropédica – RJ, de de 2017

Prof^a. Norma Sueli Martins
Pró-Reitora de Assuntos
Financeiros

Sr. REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
NOME DA EMPRESA Ltda.



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/ 2017

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 52/2017., que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (e suas demais atualizações).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa se enquadre nesta condição (Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03 de dezembro de 2009; Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013 e Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27 de maio de 2013).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 20__.

Nome: _____

RG/CPF: _____



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/ 2017
PROCESSO Nº: 23083.008053/2016 - 77

.....(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ)
....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)..... portador(a) da Carteira de
Identidade - RG nº..... e do CPF nº.....DECLARA, sob as
penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93,
cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor
de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de
qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Em,de.....de 20....

.....
(Assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52 / 2017

PROCESSO Nº 23083.008053/2016-77

.....(razão social), inscrito no CNPJ n.º....., com sede na
n.º....., cidade....., Estado....., por intermédio do seu(s) representante(s) legal(is),
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e inscrito no
CPF/MF sob o n.º....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
(Data)

.....
(Assinatura (s) do (s) representante (s) legal (is))